

NOVAS FORMAS, NOVAS MEDIDAS?

desemprego, trajetórias ocupacionais e experiências na produção de informações

NADYA ARAUJO GUIMARÃES

Resumo: O texto reflete, à luz do caso da Região Metropolitana de São Paulo – RMSp, sobre experiências metodológicas e desafios analíticos para mensuração e análise de transições e trajetórias ocupacionais em contextos de crescimento dos níveis e do tempo de duração de desemprego, de intensificação da sua recorrência, e concomitante fragilização dos vínculos empregatícios.

Palavras-chave: Desemprego. Trajetórias ocupacionais. São Paulo.

Abstract: The article discusses methodological experiences and analytical challenges, in order to measure occupational transitions and labor market trajectories under conditions of growing unemployment rates and changing patterns of employment relations, as observed in Sao Paulo metropolitan region.

Key words: Unemployment. Labor market trajectories. Sao Paulo.

Há pouco mais de duas décadas, no Estado de São Paulo, tinha início um experimento de produção de informações sobre o mercado de trabalho revestido de características fortemente inovadoras, o qual marcou o curso dos estudos sobre emprego e desemprego no Brasil. Na forma de produzir a informação, tal experimento se sustentou num consórcio entre uma instituição governamental de geração de dados e de estatísticas oficiais – a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade –, e um organismo privado e intersindical de estudos e pesquisas – o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese. Escusado dizer da novidade de tal arranjo, tecido na primeira metade dos anos 1980, momento em que ainda se ensaiavam os primeiros passos no sentido de cruzarmos a porta de saída do autoritarismo político, que marcara os 20 anos anteriores sob o regime militar.

No que tange aos alvos pretendidos, tratava-se de trazer à tona novas estatísticas que, conquanto oficiais (porque provenientes de um organismo governamental), ampliassem o espectro das medidas de performance do mercado de trabalho, testando formas de mensuração até então restritas, no Brasil, a estudos acadêmicos e de caso. O escopo conceitual que ancorava o desenho metodológico da nova pesquisa voltava-se, por isso mesmo, para interpelar o entendimento então corrente sobre a dinâmica dos mercados capitalistas de trabalho, argüindo a especificidade das relações de emprego e das formas de desemprego nos então chamados “mercados heterogêneos” de trabalho. Neles não se generalizara, apesar de legalmente estatuída, uma norma contratual fundada no assalariamento por tempo indeterminado e protegido pela formalização do vínculo

de trabalho.¹ Mais ainda, privados das instituições de proteção que haviam tomado forma sob regimes universalistas de bem-estar, mercados como o brasileiro careciam ainda de um sistema público de suporte ao trabalhador desempregado, de modo a lhe permitir fazer face às circunstâncias de perda do vínculo de trabalho.² Nessas condições, a organização do mercado de trabalho se sustentava largamente em “relações atípicas” de emprego (para usar uma noção hoje corrente) e estava longe de reduzir-se à díade formada pelas figuras do emprego duradouro e formalmente protegido, por um lado, e do desemprego transitório e igualmente protegido, por outro.

A ousadia metodológica da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, a nova pesquisa de emprego e desemprego, radicava justamente na sua intenção de conceituar e quantificar tais situações atípicas situadas entre esses dois estatutos. Argüia-se que eram elas que conferiam especificidade aos contextos pouco estruturados pela norma do emprego registrado e duradouro. Ao fazê-lo, a PED assumia a responsabilidade de mostrar como se redefiniam, nesses contextos, as formas mais elementares de inserção individual num mercado capitalista, quais sejam a inatividade e a atividade, e, contidos nesta última, o emprego e o desemprego (TROYANO, 1990; HOFFMANN; BRANDÃO, 1996; DEDECCA, 1996, 1999; HOFFMANN; CUTRIM, 2000; MONTAGNER, 2003).

A construção de uma definição operacional para medir o que se chamou “desemprego oculto” constituiu, por isso mesmo, o desafio principal. Somente se enfrentado, podíamos evidenciar o peso dos contingentes da força de trabalho que se localizavam tanto na fronteira (até ali cinzenta) entre ocupação e desocupação, sob a forma do “desemprego oculto pelo trabalho precário”, quanto na fronteira cinzenta entre atividade e inatividade, sob a forma do “desemprego oculto pelo desalento”.

Para tal, seria necessária a ampliação da agenda de temas a investigar, de modo a produzir como resultado uma classificação analiticamente confiável do estatuto de cada entrevistado *vis-à-vis* ao mercado. Assim, cabia perscrutar tanto a disposição subjetiva para o engajamento no trabalho, indagando sobre

pretensões em termos de jornada, como enfrentar o desafio da mensuração mais refinada e cuidadosa do fenômeno da procura de trabalho, investigando-o em temporalidades distintas e mais amplas que a semana anterior à coleta, tomada até então como referência. Mais ainda, havia que perquirir sobre os mecanismos acionados na procura e, com isso, abria-se toda uma avenida para mensurar o papel dos agentes do mercado (e de fora dele) na circulação da informação sobre oportunidades ocupacionais.

Essa empresa intelectual, em que se mobilizaram acadêmicos e planejadores, cabia como uma luva no contexto dos anos 1980, quando o Brasil, no quadro da reestruturação da economia internacional, assumia estar diante da sua primeira grande crise de desemprego. Então, como no sucessivo, a crise golpeava duramente as principais metrópoles.

Entretanto, à diferença dos anos subseqüentes, ela encontrava àquela época um movimento sindical fortalecido pela arregimentação de um “novo sindicalismo”, ancorado em formas diversas de organização popular forjadas na crise da ditadura militar. Ademais, com a assunção de militantes “oposicionistas” a governos estaduais, como o de São Paulo, havia que inovar no que diz respeito à concepção e gestão de políticas públicas de corte “popular e democrático”. Arriscaria dizer que foi esta a última vez em que presenciamos, no Brasil, massivos movimentos de desempregados urbanos a desafiar tanto os patrões (clamando por novas vagas) como as autoridades constituídas (demandando por políticas de proteção), ancorados na solidariedade do movimento dos seus sindicatos de origem.

Assim, a PED representou, nos anos 1980, uma conjunção virtuosa entre ousadia intelectual e política, sendo um sinal da capacidade de responder a uma conjuntura desafiadora do entendimento e das formas de medir as mudanças no mercado de trabalho, sob o acicate da urgência social de produzirem-se novas modalidades de política pública. Era natural, por isso mesmo, que frutificasse.

Ao longo dos 20 anos seguintes, o experimento estendeu-se para várias das principais metrópoles brasileiras e a nova metodologia mostrou-se relevante para flagrar a especificidade da dinâmica desses gran-

des mercados urbanos de trabalho. Quanto menos estruturados pelo assalariamento regular, mais sensível parecia ser a medida (MONTAGNER, 2003).

Entretanto, estes anos foram repletos de mudanças importantes, com forte integração da economia nacional a cadeias produtivas globalizadas, ampliação da flexibilidade no uso do trabalho e, sobretudo, um inédito crescimento dos níveis do desemprego metropolitano. Prestes a ultrapassar os seus anos de juventude e às vésperas de cumprir sua segunda década de existência, uma equipe de acadêmicos e técnicos (governamentais e sindicais) novamente lançou à PED o desafio de servir de veículo para testar outras inovações metodológicas. Tratava-se, então, de medir o alcance e os resultados daquele fenômeno que nos desafiava nos anos 2000: a recorrência com que indivíduos caíam no desemprego.

Um estudo de tipo longitudinal sobre percursos no mercado paulista de trabalho foi concebido e desenvolvido entre 2001 e 2004.³ Seu complexo desenho metodológico se compunha de duas formas de abordagem. Na primeira, um *survey* foi levado a campo a partir de um questionário suplementar à PED, aplicado a uma amostra ligeiramente menor que aquela habitualmente investigada pela Pesquisa, formada por 53.170 indivíduos com idade igual ou superior a 16 anos, que responderam os nossos questionários no período compreendido entre abril e dezembro de 2001.

Na segunda forma de abordagem, entrevistas semidiretivas foram realizadas com um subgrupo de indivíduos, extraído da pesquisa amostral. Eles se caracterizavam por pertencerem a cinco grupos-alvo, analiticamente construídos por sua maior vulnerabilidade ao desemprego; constituíam-se, por assim dizer, em figuras típicas das formas da desocupação nas metrópoles modernas. Eram eles:

- jovens que tentavam seu primeiro ingresso no mercado de trabalho com escolaridade não tão elevada que os fizesse imperdíveis, mas nem tão baixa que os tornasse inadequados;
- mulheres que tentavam o reingresso no mercado depois de terem dele se retirado para ter e criar filho(s);
- operários com considerável experiência no trabalho fabril, chefes de família, com idade relativamente avançada para os requisitos do mercado;

- gerentes e chefias intermediárias, também com considerável experiência de comando nos serviços que se viram, uns e outros, colhidos em suas trajetórias por processos de intensa reestruturação produtiva que lhes haviam retirado os empregos;
- migrantes nordestinos com pouco tempo de residência na metrópole paulista.

As pessoas sorteadas a partir do *survey* foram entrevistadas por duas vezes, em seus domicílios, com um hiato de cerca de um ano entre a primeira e a segunda abordagem.⁴

Padrões de trajetórias típicas dos indivíduos no mercado paulistano de trabalho puderam ser identificados por meio do *survey*; formas de exprimir a experiência de viver essas trajetórias e mecanismos que dão sentido ao percurso ocupacional foram evidenciadas por meio das entrevistas biográficas. Por um lado, procurou-se produzir informações de tipo longitudinal, refletindo sobre transições ocupacionais e padrões de trajetórias, a partir de um inquérito, como a PED, que é de tipo transversal. Por outro lado, procurou-se avançar numa abordagem qualitativa sobre os mecanismos que são acionados na biografia dos indivíduos e que dão por resultado as transições e padrões de trajetórias documentados no *survey*; para tal, a análise ancorou-se no estudo das representações sobre a experiência do trabalho e do desemprego, num estilo de construção do levantamento de campo totalmente distinto da modalidade formal e estruturada da pesquisa por questionário que caracteriza a PED. O leitor há de convir que foi uma experiência tão ousada quanto fora, nos anos 1980, a pesquisa em que tal experiência se sustentou.

Em outras oportunidades, apresentamos e discutimos resultados substantivos desse empreendimento, seja por meio de reflexões isoladas, ou de textos em parceria com outros colegas que participaram dessa pesquisa.⁵ Neste artigo, procuraremos tomar um outro partido, fazendo tais resultados dialogarem com a pesquisa que serviu de veículo principal para a sua obtenção, a PED. Dois objetivos nos nortearão: por um lado, argüir a importância analítica e apresentar os desafios metodológicos que tivemos que ultrapassar na construção desse intento original de levantamento longitudinal de tipo retrospectivo; por outro lado,

extrair algumas lições dessa experiência para o aprimoramento das estatísticas com respeito ao trabalho e ao desemprego.

Para alcançar tais objetivos, dividimos o texto em três seções. Na primeira, sublinhamos a importância de insistir em estudos de natureza longitudinal, argüindo o seu valor heurístico para bem descrevermos realidades como a dos mercados metropolitanos de trabalho no Brasil. Na segunda seção, procuramos documentar o argumento inicial, apresentando alguns dos resultados obtidos para São Paulo; discorreremos brevemente sobre mecanismos de contorno das dificuldades metodológicas que se oferecem a um estudo baseado na memória do respondente quando pesquisamos contextos, como o nosso, marcados por intensas transições ocupacionais. Na terceira seção, concluímos o texto, extraindo indicações relativas ao legado dessa experiência, não apenas para o aprimoramento da atual PED, como para a produção de dados relevantes à avaliação de políticas públicas de emprego e qualificação.

ABORDAGENS LONGITUDINAIS EM CONTEXTOS DE INTENSAS TRANSIÇÕES OCUPACIONAIS

Em outras oportunidades, tratamos de maneira mais detida do tema dos ganhos de conhecimento propiciados pelas abordagens de tipo longitudinal, particularmente as análises de trajetórias ocupacionais, com vistas ao entendimento da conformação do mercado de trabalho.⁶ Nessas ocasiões, argüimos que tais estudos, ao tornarem o tempo um elemento endógeno ao desenho da análise, trazem à luz especificidades da dinâmica dos mercados de trabalho que não se fazem tão claramente visíveis quando as nossas interpretações apenas se sustentam em séries históricas do tipo *repeated cross-section*.

Retomaremos, aqui, o tema sugerindo que ao caracterizar padrões recorrentes de trajetórias, vividos por grupos específicos de indivíduos, podemos reunir conhecimentos importantes para melhor elucidar aquele que foi o desafio original da PED: explorar a natureza da fronteira entre situações como desemprego, ocupação e inatividade. De fato, tal questão tem se tornado crescentemente relevante na dinâmi-

ca dos mercados de trabalho, em especial nos grandes centros metropolitanos, e, sobretudo, em países, como o Brasil, que jamais viveram a experiência de um pujante Estado de Bem-Estar Social.

Tomemos o exemplo da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Se, desde a década de 1950, ela se consolidou como a maior metrópole brasileira, a partir do início dos anos 1980, mas de forma especialmente notável ao longo da década de 1990, a região passou por uma onda de mudanças, associada ao movimento de reestruturação macroeconômica e microorganizacional, que evidenciava os novos padrões de integração internacional e de competição entre firmas. Tal processo atingiu profundamente o mundo do trabalho, com efeitos sobre as condições de ocupação e renda.

Estudos de economistas do trabalho, já desde a primeira metade dos anos 1990, e vários deles usando dados da PED, vinham documentando, de modo desafiador, alguns importantes correlatos, no mercado de trabalho, desse movimento de reestruturação das empresas: aumento do tempo médio de procura do trabalho, intensificação do trânsito formal-informal, enxugamento sistemático de postos no mercado industrial de trabalho, movimento de re-localização setorial da força de trabalho em direção ao comércio e serviços (DEDECCA; MONTAGNER; BRANDÃO, 1993; DEDECCA; MONTAGNER, 1993; DEDECCA; BRANDÃO, 1993; AMADEO et al., 1993, 1994; CARUSO; PERO, 1995, 1996; CARUSO; PERO; LIMA, 1997).

Vejamos um pouco mais detidamente o que se nos afigurava o início dos anos 2000, momento em que planejamos a nova pesquisa. Em primeiro lugar, as taxas de desemprego galgavam patamares inusitados, tendo dobrado no curso da década de 1990, com especial destaque para o célere incremento do “desemprego oculto” (Gráfico 1).

Por outro lado, o impacto da nova conjuntura sobre o tempo destinado pelos indivíduos à procura de trabalho parece ter sido ainda mais intenso. Se considerarmos o conjunto dos indivíduos desempregados, o número de semanas triplicou em dez anos, acelerando-se particularmente na segunda metade dos anos 1990 e, em especial, após 1997. Mas, se fica evidente

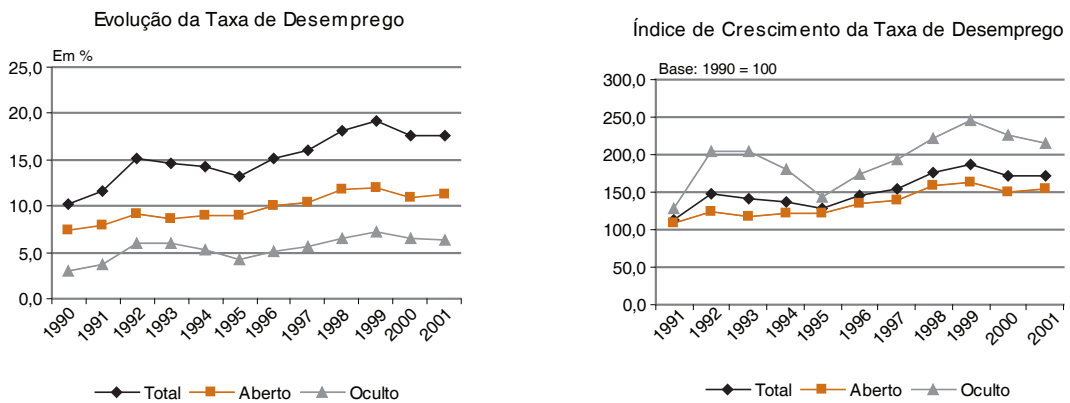
que a procura de trabalho se torna muito mais árdua para o conjunto dos que buscam uma ocupação, de novo isso ainda afeta com rigor maior àqueles em situação de “desemprego oculto” (Gráfico 2).

Associe-se ao anterior uma terceira evidência: para esse período, os dados da PED também indicavam que, a cada 12 meses, nada menos que $\frac{3}{4}$ dos indivi-

duos economicamente ativos mudavam de situação no mercado paulistano de trabalho. Parecia evidente o aumento da insegurança ocupacional, conseqüente à perversa combinação entre, por um lado, o alongamento dos tempos de desemprego e de procura de trabalho e, por outro, um sistema de proteção ainda pouco efetivo. O intenso trânsito entre situações no

Gráfico 1

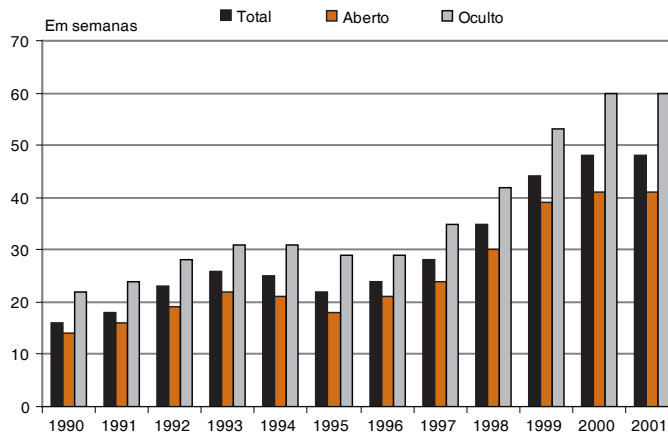
Diferenciado Crescimento das Formas do Desemprego Região Metropolitana de São Paulo – 1990-2001



Fonte: SEP. Convênio Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

Gráfico 2

Aumento Diferenciado do Tempo Dedicado à Procura de Trabalho Região Metropolitana de São Paulo – 1990-2001



Fonte: SEP. Convênio Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

mercado de trabalho refletia, assim, o esforço individual no sentido de obter algum rendimento que permitisse a sobrevivência, dada a fragilidade da proteção institucional, ainda que isso acarretasse passar com muita frequência da condição de ativos à de inativos, de ocupados à de desempregados.⁷

Em iniciativa pioneira, a Fundação Seade tentara, em 1996, mensurar a intensidade dos fluxos entre as condições de atividade na RMSP nos anos 1990 (BRANDÃO et al., 2006). Para tanto, foi elaborado um questionário especial, que circulou entre abril e dezembro de 1996 como parte integrante da PED. Esse suplemento buscou identificar a parcela da população em idade ativa com experiência de trabalho nos anos 1990 e, pelo confronto entre sua condição de atividade no momento da pesquisa e aquela imediatamente anterior, quantificar e caracterizar os vários fluxos a que a mesma fora submetida na primeira metade daquela década.

Em uma das suas principais conclusões, os autores afirmaram que, nos anos 1990, a combinação dos efeitos das transformações no mercado de trabalho e das características dos indivíduos teve como consequência a intensificação do fluxo entre condições de atividade, mesmo entre os indivíduos com experiência anterior de trabalho. Menos que 20% dos indivíduos que transitaram no mercado de trabalho permaneceram no mesmo setor de atividade, na mesma ocupação e posição ocupacional. No outro extremo, mais de 30% dos que transitaram apresentaram mudanças de setor, ocupação ou posição ocupacional. Além disso, só 10% das transições se deram em direção ao mesmo setor e função, ainda assim em posição ocupacional diferente, num período marcado pela alteração das condições contratuais, com redução dos níveis de assalariamento com carteira de trabalho assinada no setor privado.

Concluem também os autores que, ao lado da insegurança ocupacional expressa no desemprego, haveria que reter uma outra característica do mercado de trabalho paulistano nessa década: a intensidade e imprevisibilidade das transições ocupacionais, cuja dinâmica parecia pouco afeita a ser explicada pelas variáveis clássicas que dizem da inserção e permanência no mercado de trabalho, como a escolaridade

e a progressão em carreiras. Segundo as palavras de Brandão et al. (2006, p. 124-125):

A alternância entre postos de trabalho e entre ocupação e desemprego ou inatividade problematiza, para parcela expressiva da PLA, a constituição de trajetórias profissionais, fazendo com que a mudança de emprego esteja, em muitos casos, pouco associada à progressão vertical entre ocupações ou à formação educacional dos indivíduos. Neste sentido, diante da frequência das transições entre condições de atividade, a existência de um perfil típico de escolaridade se torna pouco provável, decorrência do fato de, em um mercado de trabalho heterogêneo, marcado por intensa rotatividade, os nexos entre experiência de trabalho, instrução e estes fluxos serem muito frágeis, característica só agravada pelas mudanças recentes no padrão de criação de postos de trabalho.

A intensidade das transições promovia, assim, uma relativa imprevisibilidade dos percursos profissionais, já que os padrões de mudança entre ocupação e desemprego punham em cheque a possibilidade de construir-se trajetórias ocupacionais que, embora sujeitas a transições recorrentes, fossem trilhadas em setores de atividade profissional que estivessem ao menos relativamente circunscritos no interior do mercado de trabalho. Desse modo, as inovadoras análises produzidas a partir da PED já deixavam entrever a importância de avançarmos em metodologias longitudinais que permitissem guiar o alvo, passando das análises de estoques, flagrados num momento do tempo, para as análises de fluxo, que acompanhariam percursos ocupacionais de um mesmo grupo ou coorte de trabalhadores no curso de períodos determinados de tempo.

É certo que, por essa época, experimentos de longitudinalização de grandes bancos de dados estavam sendo levados a cabo no Brasil. Entretanto, eles se restringiam a registros administrativos governamentais. Com efeito, as informações sobre contratação e demissão de trabalhadores, colhidas compulsoriamente pelo sistema de Relação Anual de Informações Sociais/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Rais-Caged e armazenadas pelo MTE, já haviam dado lugar à montagem da primeira base de dados que permitia acompanhar trajetórias de trabalhadores demitidos em seu percurso no mercado bra-

sileiro de trabalho – o chamado painel Rais-Migra; ele acompanhava coortes de trabalhadores, registrando ano a ano a situação de cada um deles no mercado de trabalho formal em qualquer ponto do país ou setor de atividade em que viesse a firmar (ou romper) um contrato de trabalho. Todavia, pela natureza da fonte, as ilações decorrentes da análise tinham que estar restritas aos empregos legalmente registrados, ao mercado formal de trabalho. Apesar disso, elas não deixavam de ser desafiantes e inquietantes (CARUSO; PERO, 1995; 1996; CARUSO; PERO; LIMA, 1997).

Análises pioneiras estavam igualmente sendo realizadas para o mercado formal de trabalho da RMSP, focalizando trabalhadores demitidos por sua indústria (setor em que mais se encolhiam as oportunidades de trabalho na região) – e recompondo suas trajetórias no mercado brasileiro de trabalho. Tais análises reiteravam a importância dos mercados externos e secundários de força de trabalho. Cardoso (2000), por exemplo, documentara tal achado para a indústria automobilística paulista, setor em que não apenas o assalariamento formal havia sido a norma, mas também a duração dos contratos tendera a ser bem maior do que a média.

Arriscaríamos dizer, face a esses trabalhos, que o padrão de transição ocupacional descrito como característico dos anos 1990 não se confundia com o tipo de rotatividade no uso do trabalho flagrado pela literatura nacional nos anos 1970 e 1980 (HOFFMANN, 1980; FERRANTE, 1978; HUMPHREY, 1982).⁸ Mas por quê? Em primeiro lugar, porque se é certo que, entre nós (e desde sempre), o tempo médio de permanência no emprego nunca foi tão longo, ele reduziu-se ainda mais nos anos 1990. Em segundo lugar, alterou-se o padrão de percurso ocupacional: ele deixou de se sustentar na (alta) chance de re-inserção na mesma ocupação e/ou no mesmo setor de origem, após um tempo (relativamente pequeno) de desemprego (mesmo que o retorno implicasse alguma perda salarial).

Diferentemente disso, as análises dos dados do sistema Rais-Caged disponíveis para os anos 1990⁹ documentavam que significativos contingentes de trabalhadores haviam passado a ser duradouramente expulsos de seus setores de origem e, dentre esses,

uma parcela importante parecia haver perdido a possibilidade de retorno a um trabalho com carteira assinada, vivendo verdadeiras trajetórias de expulsão do mercado formal de trabalho. Tomemos dois exemplos de estudos empíricos a partir de dados administrativos que confluem para esse argumento.

Em trabalho anterior (GUIMARÃES, 2004b) e com base numa amostra representativa de cerca de 150 mil casos, analisamos o percurso da coorte formada por todos os demitidos da indústria brasileira em 1989, tendo acompanhado os seus movimentos de re-inserção no mercado formal de trabalho nos oito anos subseqüentes ao seu desligamento. Verificamos que ao redor de 30% desses indivíduos jamais conseguiram restabelecer outro contrato formal de trabalho, em qualquer setor, ocupação ou local do país até 1997. Ora, na esteira desse processo, corroíam-se não apenas a segurança ocupacional, o capital de qualificação acumulado e os níveis de vida, mas as identidades coletivas de base profissional que haviam fundado a emergência de amplos movimentos sociais de trabalhadores, a partir do final dos anos 1970. Todos esses são temas cruciais a uma sociologia do trabalho e dos mercados de trabalho.

No que concerne à RMSP como um conjunto, recente estudo buscou medir a intensidade das transições ali ocorridas nos 20 últimos anos, acompanhando (e por feliz coincidência para os alvos do presente artigo) o período também recoberto pela PED, mas com uma fonte de dados longitudinais (ROSENDO, 2006). Com base nos registros administrativos provenientes do sistema Rais-Caged e, por isso mesmo, ainda circunscrita ao que se passava no mercado formal de trabalho, Rosendo analisou um banco especial de informações, o painel Rais-Migra Vínculos. À diferença do painel Rais-Migra utilizado para analisar trajetórias de desligados da indústria, a Migra Vínculos tem como unidade de análise não os indivíduos, mas todo o universo dos vínculos formais de trabalho estabelecidos (no período e espaço geográfico e/ou setorial que se queira). Isso faz dessa base um excelente termômetro da durabilidade dos contratos de trabalho; ou seja, um banco que tem a flexibilidade e a (in)segurança nos empregos formais como seu foco.

O Gráfico 3 ilustra como o processo de fragilização dos vínculos na RMSP não apenas se mostra crescente entre os anos 1985 e 2002, mas parece haver galgado outro padrão nesse período. Assim, entre 1985 e 1990, transitamos em direção ao novo tempo médio de duração dos contratos, que parece ter se estabilizado na saída da crise de 1992: o número de vínculos restabelecidos cai (aumenta a quantidade de vínculos não refeitos) e, ao lado disso, observa-se uma redução ainda mais célere da proporção de vínculos refeitos no curso do mesmo ano, ou mesmo do ano seguinte, enquanto que tal redução é bastante menor quando se trata de vínculos que se refazem a uma temporalidade ainda maior. Trocando em miúdos: não apenas tarda-se muito mais para obter um novo contrato, como aumenta a proporção de vínculos que não são refeitos ao longo do período em observação.

Entretanto, embora os painéis longitudinais oriundos da Rais tenham propiciado um avanço importante no sentido do melhor uso de informações secundárias, eles apresentavam o inconveniente de apenas recobrirem eventos ocupacionais ocorridos no mercado dos empregos formalmente registrados,

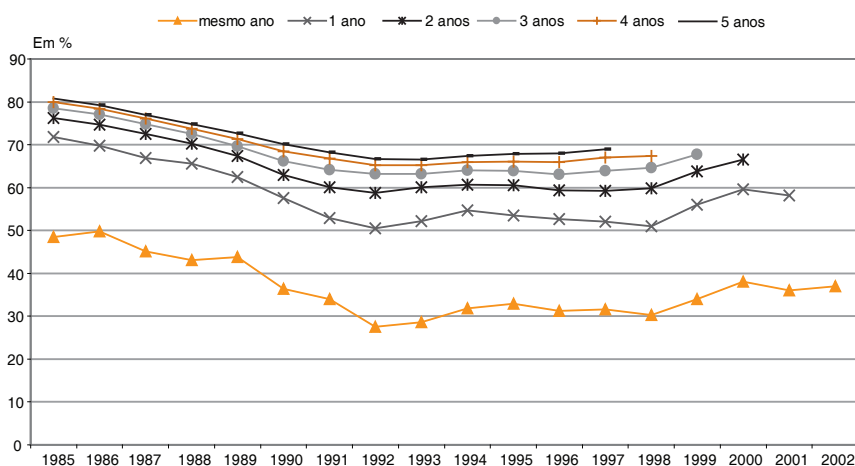
na medida em que tinham na empresa a sua unidade de obtenção do dado. Ora, quando as fontes reiteradamente documentavam um movimento de intensificação das transições, de trajetórias de expulsão do mercado formal, de vínculos sistematicamente não refeitos, ficava igualmente patente a necessidade de investigar o conjunto do mercado de trabalho, e não apenas a parcela dos contratos formalmente estabelecidos.

A informação domiciliar colhida junto ao indivíduo economicamente ativo mostrava-se, assim, o próximo horizonte a explorar. Somente ela seria capaz de prover dados para a reconstrução de trajetórias completas, porque capazes de incluir as transições, cada vez mais frequentes, fora do mundo dos empregos com carteira assinada.

Entretanto, não havia na PED forma de medir com maior precisão o fenômeno da recorrência do desemprego em suas conseqüências para as transições e padrões de trajetória ocupacional no mercado paulistano de trabalho. Sendo um estudo transversal, era natural que a PED não se houvesse colocado, até então, questões como as que passavam a estar na pauta dos estudiosos do mercado de trabalho a par-

Gráfico 3

Tempo Transcorrido até à Próxima Readmissão (1)
Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2002



Fonte: MTE. *Rais-Migra Vínculos* apud Rosendo (2006, p. 75).

(1) Percentual acumulado dos vínculos de desligamento, incluindo aqueles vínculos não refeitos até o final do período.

tir das mudanças sofridas pelo mesmo no curso dos anos 1990. Que padrões assumem essas transições entre ocupação e desemprego, atividade e inatividade? Como esses padrões mudam no tempo? Como eles afetam indivíduos com diferentes perfis (escolares, ocupacionais, etários, de gênero e de cor)? Como os indivíduos lhes fazem face? Que tipo de recurso maneja para buscar a re-inserção? Que papel desempenham os programas públicos de qualificação profissional e de agenciamento de emprego?

Todas essas eram perguntas que requeriam metodologias de análise longitudinal para a produção de respostas mais sólidas. Todas elas, conquanto urgentes ao entendimento de mercados heterogêneos e pouco protegidos de trabalho como o nosso, estavam por ser respondidas, na falta de estatísticas adequadas em escala metropolitana, ou seja, na falta de dados para construir uma visão do fenômeno a partir do “olho do furacão”. Esse foi o vácuo que se buscou preencher formulando um experimento de mensuração de trajetórias ocupacionais a partir de uma investigação suplementar à PED levada a cabo em São Paulo, nosso maior mercado metropolitano de trabalho e o mais significativo agregado de trabalhadores desempregados e/ou sob risco do desemprego. Sua construção, seus principais resultados e os esforços no sentido de ultrapassar seus eventuais limites serão descritos na seção subsequente.

UM PAINEL LONGITUDINAL NUM QUESTIONÁRIO TRANSVERSAL. A PED ACEITA MAIS UM DESAFIO...

Entre abril e dezembro de 2001, foi levado a campo um questionário domiciliar suplementar à PED/RMSP. Ele procurou retratar os percursos ocupacionais de uma amostra representativa dos indivíduos em idade ativa, acompanhando suas transições entre situações no mercado de trabalho, ocorridas entre 1994 e o momento da pesquisa, 2001. Como são considerados em idade ativa (conforme metodologia PED) os indivíduos com dez anos e mais, o levantamento suplementar teve que se restringir a entrevistar pessoas que, em 2001, tivessem ao menos 16 anos, haja vista que somente para elas seria possível reconstruir histórias ocupacionais que recuassem até o ano de 1994.¹⁰

Mas por que estabelecer o ano de 1994 como o marco inicial para coleta dos eventos no mercado de trabalho? Assumiu-se que a experiência do plano de estabilização monetária então posto em marcha (o Plano Real) deveria ter alterado referentes importantes do cotidiano econômico, podendo ser tomada como elemento ordenador da memória do respondente, o que foi confirmado como factível pelo pré-teste. Dispor de marcos de referência é uma exigência dos instrumentos longitudinais de coleta, desafiados que estão a controlar os lapsos de memória do respondente, que sabemos serem diretamente proporcionais ao aumento do tempo recoberto pelo levantamento e à precariedade e/ou sofrimento associados a experiências vividas no mercado de trabalho.¹¹

Cerca de 27 mil domicílios foram pesquisados entre abril e dezembro de 2001. Neles, foi aplicado o questionário suplementar com aproveitamento final de 83% dos casos. Os nove meses de duração do tempo de coleta foram decorrentes da necessidade de produzir-se uma amostra que, por seu tamanho, pudesse ser representativa de todas as situações *vis-à-vis* ao mercado, inclusive a dos desempregados, o menor contingente e o que mais de perto interessava à pesquisa.¹² Gerou-se uma base de informações sobre perfil e percursos de 53.170 indivíduos, dos quais, no momento da entrevista, 28.189 foram classificados como ocupados 6.627 como desempregados e 18.354 como inativos, seguindo os critérios ordinários de categorização adotados pela PED. Os 53.170 casos foram analisados em seus movimentos no mercado de trabalho paulistano, entre janeiro de 1994 e abril de 2001.

Em outras oportunidades (GUIMARÃES, 2005a, 2006c, 2006d; GUIMARÃES et al., 2004), exploramos os resultados da pesquisa priorizando a comparação entre os padrões de trajetória em São Paulo e os que observávamos em duas outras grandes metrópoles, Paris e Tóquio. Nestas últimas, a forma de institucionalização dos seus sistemas de emprego e regimes de *welfare* (GALLIE; PAUGAM, 2000) produziu distintos modos de estruturação dos seus mercados de trabalho. Nos anos 1990, todas elas se defrontavam com um desemprego crescente e duradouro e com a despadronização dos percursos ocupacionais

em direção a formas ditas “atípicas” de trabalho, o que chegou a animar a formulação de hipóteses sobre a convergência entre características dos mercados de trabalho, inclusive com sugestões de efeito, como aquela que apontava para uma pretensa “Brasilianização do Ocidente” (BECK, 2000), que discutimos em outra ocasião (GUIMARÃES, 2005a). Todavia, no presente artigo, nosso interesse se concentrará, como dissemos antes, na experiência mesma de produção do módulo suplementar à PED e nos desafios nela contidos, seja com respeito à coleta ou à análise dos dados.

O Gráfico 4 pode ser considerado um primeiro resumo dos achados. Nele se ilustra a situação ocupacional de cada um dos entrevistados nos meses compreendidos entre janeiro de 1994 e abril de 2001. Para entendê-la, algumas esclarecimentos suplementares de natureza metodológica se fazem necessárias.

Primeira: sobre quais eventos da trajetória foi possível colher informação, isto é, quão extensiva foi a cobertura do percurso ocupacional de cada indivíduo? Essa não era uma questão trivial, dado que um

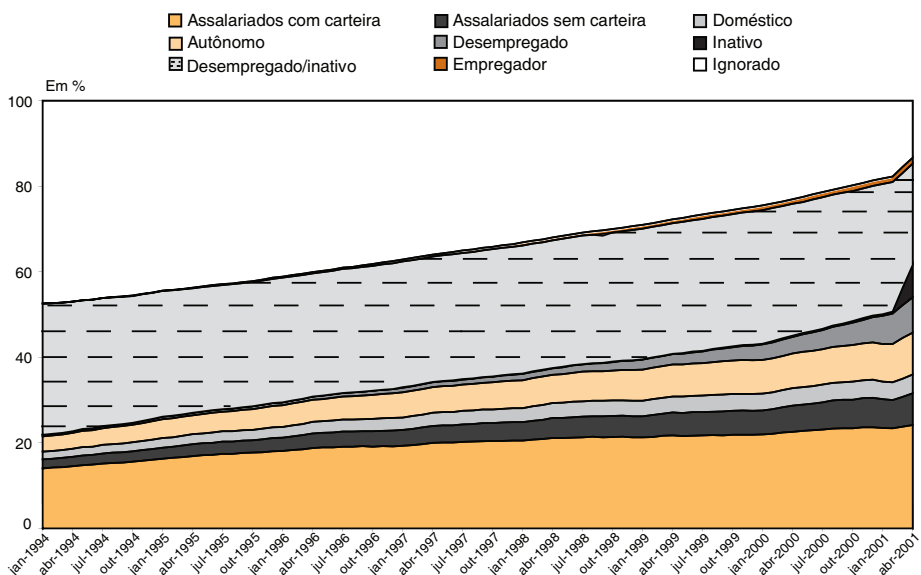
questionário retrospectivo rigorosamente exaustivo seria impossível, posto que, como dito, o suplemento se encartava num instrumento de coleta transversal. Sendo assim, ao longo do período de referência, o entrevistado informou em detalhe apenas sobre três eventos:

- a sua situação ocupacional no momento da entrevista (ordinariamente colhida com minudência no questionário básico da PED);
- o evento ocupacional imediatamente anterior (aí compreendida a descrição da sua natureza, da forma de sua obtenção, mecanismos de procura e mecanismos eficazes para obter trabalho); e, por fim,
- um terceiro evento, cujo início fosse antecedente ao segundo evento relatado e que fosse considerado pelo respondente como sendo mais importante para descrever o período restante, que se iniciara no ano do Plano Real.¹³

A sua situação no interstício de cada um dos eventos foi igualmente investigada. Apesar disto, entretanto, sabíamos estar diante do risco de lapsos de tempo

Gráfico 4

Situação Ocupacional do Entrevistado Região Metropolitana de São Paulo – 1994–2001



Fonte: SEP. Convênio Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. Questionário Suplementar Seade/CEM “Mobilidade Ocupacional”. Processamentos próprios *apud* Guimarães (2006c).

desconhecidos nas trajetórias. Quanto mais intensas as transições ocupacionais, menor seria o período vivido em cada situação e, logo, maior o risco de termos grandes lapsos de tempo não recobertos pela informação coletada.¹⁴ Essa era uma das principais medidas de qualidade da base, tendo em vista os objetivos perseguidos.

No Gráfico 4, tal zona obscura está expressa no estrato “Ignorado”, assim denominado para indicar que, naquele mês, carecíamos de informação sobre a situação do indivíduo em questão. Como se pode observar esse estrato tem um peso relevante e, com o passar do tempo, sua importância se eleva. Isso pode resultar tanto do possível “efeito-memória” como, o que é ainda mais plausível, da combinação deste com a instabilidade que particulariza a organização do mercado paulistano de trabalho, dadas as formas de institucionalização do desemprego entre nós. O Gráfico 4 deixa também entrever que a base é capaz de responder pela situação ocupacional da maioria dos entrevistados em todos os meses observados; e, mesmo no momento mais longínquo – o trimestre janeiro-março de 1994 –, quando se esperaria que a precisão da informação fosse menor, ainda podemos localizar 53% dos respondentes, o que avaliza a sua qualidade.¹⁵

Segunda esclarecimento: dada a necessidade de dispormos de eventos válidos para todos os respondentes de modo a permitir comparar-lhes os percursos e como o período de coleta em campo transcorreu por nove meses, retivemos para análise apenas as informações referentes ao período janeiro de 1994 a abril de 2001, por ser este o período comum a todos os respondentes, independentemente do mês em que o questionário lhe tenha sido aplicado. Isso explica o porquê de termos um grupo de casos (cerca de 13% deles) para os quais ignoramos a situação ocupacional no momento mais atual.

Se deslocarmos o interesse das preliminares metodológicas para o plano dos resultados substantivos, um aspecto principal chama logo a atenção: são minoritários, no Gráfico 4, os estatutos polares, típicos do mundo do trabalho presidido pela relação salarial; a conjunção entre, por um lado, o assalariamento regular, carteira assinada e direitos a ele associados (que

alcança, no máximo, 25% dos casos) e, por outro, desemprego aberto (ao redor de 8% dos entrevistados a cada momento) deixa de fora, em média, nada menos que $\frac{3}{4}$ dos 51 mil indivíduos cujas posições no mercado de trabalho acompanhamos ao longo dos sete primeiros anos do pós-Real. Já as situações antes aludidas como “de fronteira” ou “zona cinzenta” são bem mais significativas em termos numéricos; apenas para tomar um exemplo, somente a situação de trânsito entre desemprego e inatividade caracteriza, em média, nada menos que 30% dos casos.

O achado expresso no Gráfico 4 sob a forma de sucessivos cortes transversais, apesar do seu interesse, deixa ainda em aberto outras dimensões do problema, notadamente aquelas concernentes à amplitude e à regularidade nos padrões de transição. Vale dizer, por um lado, que importa saber se a insegurança ocupacional atinge um segmento específico da força de trabalho ou se é mais amplamente generalizada; por outro lado, cumpre desvendar se as intensas transições poderiam ser resumidas em alguns trajetos entre situações que fossem mais recorrentes, isto é, se não haveria trajetórias típicas nesse mundo ocupacional de posições tão frágeis.

No entanto, a par disso, ainda resta um desafio de natureza metodológica: serão as situações ignoradas realmente um reflexo de intensas transições em trajetórias despadroneadas? Ou são meros efeitos da dificuldade encontrada por nosso questionário suplementar para medir movimentos no mercado de trabalho num período relativamente longo de sete anos?

Para responder tais perguntas, fazia-se necessário um outro tipo de análise longitudinal que facultasse igualmente acompanhar, ao longo do tempo, os vários movimentos individuais no mercado de trabalho. Em vez de uma fotografia sobre a situação do estoque de casos a cada momento, era preciso uma análise do fluxo dos indivíduos no mercado. Para fazê-lo, separamos os 51 mil indivíduos em três grupos, conforme a situação dos mesmos no mercado de trabalho no momento da pesquisa: o grupo daqueles que estavam ocupados, o dos desempregados e o dos inativos em 2001. Feito isso, utilizamos os procedimentos de análise fatorial e de *clusters* para observar os itinerários dos entrevistados de cada um desses

grupos, de modo a identificar possíveis padrões de trajetória ocupacional, usando as mesmas alternativas de classificação do Gráfico 4. O resultado está resumido na Tabela 1.

E qual o achado mais intrigante?¹⁶ Tanto entre os ocupados, como entre os desempregados e os inativos, um contingente significativo de casos se constitui de pessoas que, ao longo do período observado, mudavam tão frequentemente sua situação no mercado de trabalho que nenhum padrão de trajetória era passível de ser identificado, já que a informação sobre três eventos ocupacionais recobria um período muito curto do seu percurso. Este se caracterizava, assim, pela não padronização. Tal era a situação de $\frac{1}{4}$ (24%) dos que estavam ocupados no momento da pesquisa, de metade (51%) dos que encontramos como inativos e de $\frac{3}{4}$ (69%) dos que haviam sido classificados como desempregados em 2001.

É certo que a Tabela 1 deixa também entrever que os indivíduos então ocupados tinham trajetórias anteriores no mercado de trabalho não apenas mais estáveis (ou seja, passíveis de serem expressas em tipos duradouros de situação ocupacional), como também mais diversificadas (ou seja, cujos percursos típicos recobrem quase todo o espectro das alternativas de classificação utilizadas).

Interessante observar ainda que, entre os ocupados, a história ocupacional no assalariamento é dominante. Alguns haviam passado a maior parte do seu tempo, desde o Plano Real, como assalariados com carteira (30% dos ocupados); outros haviam estado sob relações assalariadas duradouras, ainda que informais (24%). Juntos, eles formam o coração do assalariamento estável; entretanto, se somarmos os assalariados formais e informais, eles não chegam sequer à terça parte do universo investigado (29% do total de casos). Uma parcela de menor peso tinha percursos igualmente estáveis no trabalho autônomo (10%), no serviço doméstico (4%) ou se constituía de antigos empregadores (2%). Apenas um número residual dos atuais ocupados era formado por pessoas duradouramente privadas de ocupação, e que, por isso mesmo, transitavam entre o desemprego e a inatividade (6%).

Muito distinta é a configuração observada entre os desempregados e os inativos. As trajetórias de uns

e outros são fortemente marcadas pela não padronização e pela ausência de experiências duradouras de emprego, qualquer que fosse o tipo de relação de trabalho. No caso dos desempregados, se somarmos aqueles cujo padrão é o de transições tão intensas que o percurso não pode ser recomposto (69%) com os que, privados de ocupação, haviam passado o período transitando entre o desemprego e a inatividade (22%), teremos nada menos que 91% dos casos, ou seja, a quase totalidade dos entrevistados.¹⁷ Duradouramente desempregados encontramos apenas uma minoria, 9% do grupo.

Dito em bom português, os nossos desempregados são trabalhadores que não apenas estavam circunstancialmente desocupados e à procura de trabalho, mas tinham uma história ocupacional marcada pelo reduzidíssimo comando sobre as condições de oferta e negociação da sua força de trabalho. Engolfados numa permanente “viração”, transitavam entre um sem número de bicos ou até mesmo passavam períodos fora do mercado de trabalho. Não sem razão, vistas as condições do regime de proteção vigentes entre 1994 e 2001, nesse grupo a forma proeminente do desemprego era aquela que se ocultava recorrentemente no trabalho precário ou no desalento.

O que dizer do percurso ocupacional prévio daqueles que a pesquisa encontrou, em 2001, como inativos? Ele é marcado por grande mobilização em direção ao engajamento no mercado, conquanto (também aqui) sem maior comando sobre as condições de negociar no mercado a sua força de trabalho. Não sem razão, a parte mais significativa dos inativos apresentava um percurso ocupacional de padrão muito similar ao dos desempregados: 9 em cada 10 (89%) provinham de trajetórias de intensas transições ou de percursos carentes de ocupação regular que os sujeitava ao trânsito entre o desemprego e a inatividade. Só uma minoria (8%) era formada por trabalhadores de maior idade (dominantemente homens e brancos) que, tendo chegado ao final da sua vida ativa, retiravam-se do mercado de trabalho pela via da aposentadoria e passavam à inatividade. Ou seja, tanto quanto entre os desempregados, menos que um, em cada dez inativos, apresentava trajetória de passagem regular à inatividade.

Tabela 1

Trajétórias Agregadas dos Entrevistados, segundo Condição Ocupacional
Região Metropolitana de São Paulo – 2001

Condição Ocupacional	Números Absolutos	% do Grupo	% do Total
OCUPADOS			
1. Assalariados com carteira	8.439	30	16
2. Empregadores	619	2	1
3. Desempregados ou inativos	1.725	6	3
4. Transições intensas, percurso ignorado	6.694	24	13
5. Autônomos	2.730	10	5
6. Domésticos	1.264	4	2
7. Assalariados sem carteira	6.718	24	13
Subtotal dos ocupados	28.189	100	53
Outras situações (desempregados ou inativos)	24.981		47
Total de casos	53.170		100
DESEMPREGADOS			
1. Transições intensas, percurso ignorado	4.549	69	9
2. Desempregado	627	9	1
3. Desempregado ou inativo	1.451	22	3
Subtotal dos desempregados	6.627	100	13
Outras situações (ocupados ou inativos)	46.543		88
Total de casos	53.170		100
INATIVOS			
1. Transições intensas, percurso ignorado	9.287	51	18
2. Aposentados (assalariados com carteira ou funcionários públicos)	1.549	8	3
3. Transitando entre inatividade e trabalho autônomo	524	3	1
4. Transitando entre desemprego e inatividade	6.994	38	13
Subtotal dos inativos	18.354	100	35
Outras situações (ocupados ou desempregados)	34.816		65
Total de casos	53.170		100

Fonte: SEP. Convênio Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT. *Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. Questionário Suplementar Seade/CEM “Mobilidade Ocupacional”. Processamentos próprios.

Esses achados indicam que o risco de histórias ocupacionais marcadas pela transição intensa não apenas é elevado, mas também muito desigualmente distribuído, tanto entre as distintas posições dos indivíduos *vis-à-vis* ao mercado, quanto com respeito a seus atributos como idade e posição no ciclo de vida, ou gênero e cor. Tal como destacado em outra ocasião (GUIMARÃES, 2006c), esse risco está fortemente informado pelo próprio percurso, de sorte que a inclusão no mundo dos ocupados parece dotar os indivíduos de redes de relações que, se não lhes asseguram “bons empregos” (somente 32% deles formam o núcleo duro que reúne assalariados com carteira e empregadores), parecem ser capazes de reduzir o risco da transição recorrente, tornando-a menos provável. Sob esse risco estão um em cada três casos entre os ocupados, contra três em cada quatro desempregados, um em cada dois inativos.

Mas, poderemos estar realmente seguros da confiabilidade desse achado? Dizendo-o de outro modo, esse intenso trânsito não poderia ser um efeito produzido artificialmente por uma armadilha metodológica, já que decorrente de um levantamento longitudinal baseado num número de eventos demasiadamente exíguo para recobrir um tempo por demais ampliado, haja vista a insegurança ocupacional vigente? Ou, ainda, não estaríamos exacerbando um traço da realidade do mercado metropolitano de São Paulo por força de uma limitação no modo de mensurá-lo?

Em face desse desafio, introduzimos um último controle na análise dos dados, reduzindo o período de referência dos percursos. Ou seja, se havia um risco de inadequação do instrumento à temporalidade por ele assumida, nada melhor que verificar o que acontece com os resultados empíricos, quando diminuimos o lapso de tempo durante o qual se acompanham as transições.

Na Tabela 2, apresentamos os achados assim obtidos. Para melhor ajuizá-los, rerepresentamos, numa primeira metade da mesma, os trajetões anteriormente analisados (e obtidos para o período 1994-2001), de modo que o leitor possa confrontá-los com as novas trajetórias agregadas, identificadas para o período mais curto, ou seja, 1997-2001.

Os resultados da comparação são interessantes. Se, por um lado, eles confirmam a importância das trajetórias não padronizadas, por outro, eles matizam o peso das mesmas com respeito a todos os grupos, e muito especialmente no que concerne aos trabalhadores que estavam desempregados em 2001.

Mesmo reduzindo o tempo recoberto pelas informações, continuamos a observar que as trajetórias não padronizadas, ou seja, aquelas sujeitas a transições muito intensas, ainda se destacam como um tipo de percurso fortemente recorrente no mercado paulistano. A elas estão expostos nada menos que 16% dos ocupados (mantendo-se, por sua importância numérica, como o segundo tipo de trajeto entre eles), 35% dos desempregados (embora menos significativo, esse tipo de percurso segue sendo o mais importante entre as pessoas que buscavam trabalho no momento do levantamento) e 43% dos inativos.

Todavia, a redução do tempo e a captura (conseqüentemente) mais precisa das informações fazem aparecer com mais saliência o peso dos percursos no desemprego. Isso se aplica especialmente no que concerne aos próprios desempregados. Uma vez recompostos os seus trajetões, tomando como referência um período mais curto de tempo (1997-2001), obtém-se um leque maior de alternativas de trânsito no mercado de trabalho (seis em lugar de apenas três), dentre as quais se torna muito mais significativo o percurso no desemprego duradouro (englobando agora 16% dos casos, contra apenas 9% quando observado o período mais longo). Por outro lado, sobressaem-se também os percursos conducentes ao desemprego e oriundos tanto do assalariamento com carteira (24% dos casos), como do serviço doméstico (4,6%) e do trabalho autônomo (3,6%), a revelar a insegurança ocupacional a que estão sujeitas essas relações de trabalho e mesmo a mais protegida dentre elas – o trabalho regularmente registrado em carteira.¹⁸

Diríamos, enfim, que o teste do valor heurístico da forma longitudinal de coletar e analisar os dados parece revelar que temos em mãos uma ferramenta poderosa para refletir sobre a estruturação e a dinâmica de mercados de trabalho, especialmente aqueles sujeitos a intensas transições entre situações ocupa-

Tabela 2

Confrontando as Trajetórias Agregadas
Região Metropolitana de São Paulo – 1994-2001

Classes de Trajetória (1994-2001)	Números Absolutos	% do Grupo	% do Total	Classes de Trajetória (1997-2001)	%
OCUPADOS em 2001				OCUPADOS em 2001	
1. Assalariados com carteira	8.439	30	16	1. Assalariados com carteira	34,1
2. Empregadores	619	2	1	2. Empregadores	2,2
3. Desempregados ou inativos	1.725	6	3	3. Desempregados ou inativos	23,9
4. Transições intensas, percurso ignorado	6.694	24	13	4. Transições intensas, percurso ignorado	16,2
5. Autônomos	2.730	10	5	5. Autônomos	11,2
6. Domésticos	1.264	4	2	6. Domésticos	5,2
7. Assalariados sem carteira	6.718	24	13	7. Assalariados sem carteira	7,2
Sub-total dos ocupados	28.189	100	53		
<i>Outras situações (desempregados ou inativos)</i>	<i>24.981</i>		<i>47</i>		
Total de casos	53.170		100		
DESEMPREGADOS em 2001				DESEMPREGADOS em 2001	
1. Transições intensas, percurso ignorado	4.549	69	9	1. Transições intensas, percurso ignorado	35,1
2. Desempregado	627	9	1	2. Desempregado	16,2
3. Desempregado ou inativo	1.451	22	3	3. Desempregado ou inativo	16,4
Sub-total dos desempregados	6.627	100	13	4. Assalariados com carteira	24,1
<i>Outras situações (ocupados ou inativos)</i>	<i>46.543</i>		<i>88</i>	5. Domésticos	4,6
Total de casos	53.170		100	6. Autônomos	3,6
INATIVOS em 2001				INATIVOS em 2001	
1. Transições intensas, percurso ignorado	9.287	51	18	1. Transições intensas, percurso ignorado	43,6
2. Aposentados (assalariados com carteira ou funcionários públicos)	1.549	8	3	2. Aposentados (assalariados com carteira ou funcionários públicos)	3,9
3. Transitando entre inatividade e trabalho autônomo	524	3	1	3. Autônomos	2,5
4. Transitando entre desemprego e inatividade	6.994	38	13	4. Desempregado ou inativo	38,3
Sub-total dos inativos	18.354	100	35	5. Percurso entre situações precárias	8,1
<i>Outras situações (ocupados ou desempregados)</i>	<i>34.816</i>		<i>65</i>	6. Do assalariamento regular à transição D-I	3,6
Total de casos	53.170		100		

Fonte: SEP. Convênio Fundação Seade/Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Questionário Suplementar Seade/CEM “Mobilidade Ocupacional”. Processamentos próprios.

cionais. Finalizamos, trazendo à baila, na última seção do texto, algumas reflexões sobre as lições deixadas por essa experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, AINDA SOB O ESTÍMULO DA NOVA EXPERIÊNCIA

Nas partes antecedentes, utilizamos a experiência de estudos avançados e em parceria interinstitucional, desenvolvidos nos últimos anos na RMSP, de forma a ilustrar a importância de oxigenarmos nossa agenda de análise, renovando-a metodologicamente, para melhor fazer face ao debate sobre mercado de trabalho e políticas públicas.

Iniciamos nosso argumento destacando que os anos 1980 – talvez pela forte crise (econômica e no mercado de trabalho) que inaugurou aquela década –, foram seminais no debate sobre trabalho e desemprego no Brasil. Naquele momento assumimos, com todas as suas duras e desafiadoras conseqüências, a realidade de que o desemprego era um problema no Brasil, e que havia chegado para ficar.

Não era verdade apenas que tivéssemos problemas de (sub)emprego associados às esferas locacional, de formação ou de retribuição da força de trabalho. Nesse diapasão tinha ido parte significativa da nossa melhor inteligência analítica que, nos anos 1960 e 1970, tratara de dar conta dos problemas dos mercados urbanos de trabalho. Eles bem documentaram como a consolidação de tais mercados fazia-se na esteira de intensos fluxos migratórios internos que realocalizaram parcela importante dos ofertantes de força de trabalho (dos anos 1940 aos 1970), na esteira da constituição de uma indústria pujante e de serviços modernos que haviam se concentrado em algumas áreas urbanas mais significativas, entre os anos 1950 e 1970, no mesmo sudeste.¹⁹

Ora, qual a novidade dos anos 1980, destacada aqui pela importância para o tema deste texto? A de ter, por um lado, dado legalidade analítica, consagrando um interesse acadêmico e, por outro lado, conferido legitimidade simbólica no plano do imaginário social ao sentimento de que tínhamos, sim, um problema de desemprego a enfrentar nos planos conceitual, operacional e político.

Reconhecendo tal fato, essa geração deu seqüência, no campo das medidas, ao reconhecimento da especificidade do nosso mercado de trabalho, marcado pela sua heterogeneidade estrutural, flexibilidade operacional e escasso poder de organização das relações de trabalho com base numa norma salarial que se tivesse universalizado. Vêm de então as estatísticas que retiraram da sombra as formas diversas do desemprego, com especial relevo para aquelas ocultadas no trabalho precário e no desalento. Devassava-se o amplo leque de modalidades de relação dos indivíduos com respeito ao trabalho e ao desemprego. A PED foi pioneira nesse caminho.

Tais medidas avançaram, por certo, na descrição das especificidades da estrutura do mercado. Todavia, elas deixavam apenas entrever, como vimos até aqui, a intensa dinâmica de transições que já nos marcava desde então – e que se tornaria particularmente significativa a partir dos anos 1990, com as mudanças macroeconômicas e microorganizacionais que mudaram rumos da economia em geral e das firmas em especial, aprofundando o fenômeno do desemprego recorrente.

Tamanhos foram os efeitos, no mercado de trabalho, das mudanças promovidas a partir dos anos 1990, tal sua magnitude (em termos de número de demitidos), tão intenso era o “enxugamento” (em termos de encolhimento dos postos) que o analista rapidamente percebia que já distava muito o tempo²⁰ em que as estratégias gerenciais de desemprego se assentavam (confortáveis) em estratégias de rotação dos trabalhadores. Até os anos 1980, certamente, a quebra do contrato de trabalho prenunciava o estabelecimento de um outro vínculo, via de regra no mesmo setor e, no mais das vezes, com um outro empregador (mas, por vezes, com o mesmo, num outro momento), embora, muito provavelmente, a menores salários e em condições mais desiguais de barganha.

Assim, nos anos do chamado “milagre econômico” – só para figurar um exemplo –, é certo que a rotação (contra-face do despotismo de mercado) deprimia os salários e sujeitava os trabalhadores à intensificação das jornadas, em condições de privação de direitos (como o da estabilidade, substituída pela legislação do FGTS). Entretanto, no próprio meca-

nismo de rotação, acenava-se com o horizonte de uma futura readmissão, da reinserção no mundo dos empregos no setor do qual se saíra.

O intenso *turn-over* era, assim, um instrumento por excelência de gestão, complementado pela representação política. Mas ele não privava nem da chance (de longo prazo) da reinserção, nem – e por isto mesmo – da representação simbólica de uma identidade (profissional) e de um destino (ocupacional). Tanto é assim que, na crise do início da década de 1980, os sindicatos protegiam “os seus” desempregados. Ou, por outra, quando o desemprego era expressão do custo “político” da militância,²¹ havia o instituto dos “fundos de greve”, a vaticinar a transitoriedade do desligamento “da categoria” e a anunciar que, num futuro – mesmo que mais remoto que o desejado –, o trabalhador restabeleceria os elos com o seu destino de origem.

Num exemplo ou no outro, é eloqüente observar como era o sindicato que bancava a conta desse interregno. Assim, se nos faltava um arcabouço institucional público-estatal, as pontes de passagem eram feitas por instituições públicas não-estatais – os sindicatos e a solidariedade operária estavam entre as principais delas.

Ao avançar no estudo dos elos entre reestruturação e seletividade, ficava cada vez mais claro que, a partir dos anos 1990, o desemprego representava, para uma parcela muito significativa dos desligados, a perda definitiva dos elos com uma trajetória pretérita, com uma eventual carreira profissional, com uma identidade social, enfim. Não se tratava de mera rotação, mas de rompimento dos elos que faziam do par emprego-desemprego elementos de uma relação biunívoca. O desemprego não era mais, para muitos e muitos dos trabalhadores, o outro, transitório, do emprego. Sendo assim, o que dizer do destino desses indivíduos? Como tratar os itinerários no novo mercado de trabalho?

Para responder a esse tipo de indagação, foi necessária a construção de desenhos de pesquisa distintos. A seletividade produzida no processo de reestruturação já não podia ser apenas descrita pelos seus resultados agregados, em termos de estoques de indivíduos privados dos vínculos de trabalho. Tam-

pouco era suficiente atualizar séries de painéis de tipo transversal (ao modo das *repeated cross sectional analysis*), que bem documentavam a magnitude da queima de postos de trabalho ou de redefinição na natureza dos vínculos (de estáveis para instáveis ou precarizados) ou de reespacialização do emprego. Desafiava-nos a necessidade de produzir dados adequados a analisar padrões de transição ocupacional, identificando trajetórias (isto é destinos ocupacionais comuns, recorrentes, partilhados) de grupos de indivíduos importantes enquanto alvo das políticas públicas de emprego, renda e inclusão social.

Como detalhado ao longo deste trabalho, o esforço desenvolvido nos anos 1990 por alguns grupos brasileiros de pesquisa (notadamente o Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda – Ciet, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Iuperj e o Cebrap) voltou-se, já em meados daquela década, para a construção de bases longitudinais para o estudo do mercado de trabalho, aproveitando e redesenhando a arquitetura de bancos já disponíveis. Esse esforço foi coroado com o êxito, na medida em que dele derivaram os primeiros experimentos de longitudinalização de registros administrativos que deram origem à Rais-Migra (hoje chamada Rais-Migra Painele) e, posteriormente, à Rais-Migra Vínculos.

A representação da dinâmica do mercado de trabalho superaria, com isso, os limites das bases de dados que apenas nos facultavam cortes transversais. Fazendo do tempo um elemento endógeno à sua própria arquitetura, passava a ser possível o estudo da sucessão dos vínculos na vida ocupacional do trabalhador, criando-se uma importante forma de aproximação à análise das chances de sua reinserção no trabalho, tanto quanto da dinâmica da sua mobilidade ocupacional. Entretanto, tais avanços metodológicos dos anos 1990 nos deixaram ainda diante de um limite: análises desse tipo, com abrangência para todo o território nacional com base em bancos de dados confiáveis, continuam sendo apenas possíveis no que concerne ao emprego formalmente registrado, aquele recoberto pelo sistema Rais-Caged.

Entretanto, nas partes anteriores deste texto, quisemos evidenciar que, nos anos 2000, os itinerários dos indivíduos no mercado de trabalho apontavam

para o fato de que parte significativa desse contingente circulava não apenas entre a ocupação, registrada e duradoura, e o desemprego transitório, mas entre tão diversas situações e com tal frequência que identificar trajetórias (com sentido próprio, substantiváveis em padrões típicos de percurso) ainda era um desafio à nossa capacidade de descrever e tipificar trajetos. Mais do que isso, os resultados para São Paulo, obtidos a partir do experimento conduzido com o módulo suplementar, sugeriam que a mobilidade de entrada e saída no mercado de trabalho parecia se tornar a tal ponto banal e rotineira, que se dissociavam os momentos principais (ou as grandes transições) na biografia ocupacional das grandes fases do ciclo da vida individual.

Sendo cabíveis tais conclusões, a partir dos dados apresentados, uma interessante questão conceitual parece se abrir. Talvez necessitemos recorrer a outra categoria de análise, a de transições ocupacionais, para bem descrever o fenômeno que temos diante de nós. Nas partes anteriores deste texto, exploramos o valor heurístico desse conceito, ilustrando-o a partir do caso da RMSP. Tal valor é especialmente estratégico nos contextos em que, para muitos indivíduos, as biografias já não podem ser descritas a partir de trajetórias padronizadas, que têm o seu sentido informado por um itinerário típico e recorrente no mercado de trabalho (seja ele precário ou virtuoso, regular ou irregular). Ao contrário, muitos dos percursos apresentados anteriormente trazem em si, como traço que lhe é próprio, apenas o mudar muitas vezes, erráticamente, em busca da sobrevivência, o que Beck (2000) chamara de “multi-atividade nômade”.

Mas, adotar a categoria “transições ocupacionais” como conceito-chave na análise não é um simples movimento em busca de um outro nome, raro e exótico, que estabeleça um novo nicho para iniciados. Implica – e esse é o aspecto que nos interessou explorar ao longo do texto – uma inflexão preñe de conseqüências metodológicas, que vem sendo feita pelos que propugnam a importância das análises longitudinais, já desde o final dos anos 1990. De um ponto de vista mais geral e teórico, importa em seguir no caminho de passar de um enfoque macroanalítico, de certo modo estático e centrado sobre o estudo dos

movimentos nos estoques (de ocupados, desempregados e inativos, mesmo se reclassificados de modo mais fino), para uma abordagem microanalítica, centrada nos indivíduos, observados em termos de fluxos, com privilégio para dados e ferramentas de tipo longitudinal (GAUTIÉ, 2003).

De um ponto de vista mais operacional, importa em desenvolver iniciativas programadas no sentido de estender tal capacidade de medir transições também aos bancos de dados que permitem flagrar movimentos de passagem mais amplos que os tecidos apenas no mercado formal, já registrados pelas bases tipo Migra (Painel e Vínculos). Acreditamos que a experiência conduzida com o módulo suplementar à PED poderia ser tomada em conta para refletirmos sobre a necessidade de investigar com regularidade tal fenômeno, incluindo esta preocupação na pauta dos nossos registros estatísticos oficiais, sejam eles de tipo domiciliar (como os que vêm dos sistemas PED ou do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Mensal de Emprego/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE – PME/PNAD), sejam de tipo administrativo e de ampla cobertura (como os do Sistema de Gestão das Ações de Emprego – Sigae). Pelos resultados já produzidos para a RMSP, acreditamos que o uso desse estilo de abordagem permitirá evidenciar novas dimensões das mudanças no mercado de trabalho, sendo uma fonte importante de dados com vistas ao debate sobre o sistema público de emprego e políticas para o mercado de trabalho e inclusão social.²²

No que respeita aos registros administrativos, o desenvolvimento das bases Rais-Migra Painel e Rais-Migra Vínculos permite estudos refinados sobre as trajetórias e transições no mercado formal, com bancos de dados que podem ser considerados quase-censitários (para não esquecermos os problemas de cobertura das empresas de menor porte).²³

A nosso juízo, uma nova fronteira para avanços metodológicos, no que concerne a esse tipo de registro (e, ao contrário da Rais-Caged, ainda pouco explorada), é a base de dados produzida pelo sistema Sigae, também do MTE. Seja no que tange à questão da qualificação, ou no que se refere à questão da intermediação, o Sigae provê informações de imensa valia.

Vale ressaltar que os dados por ele disponibilizados permitem avanços substanciais em face de outros registros administrativos sobre mercado de trabalho, na medida em que integram informações sobre iniciativas de qualificação e pretensões de trabalho (registros facilmente longitudinalizáveis) a dados sobre disponibilidade de vagas no mercado. O próprio avanço recente na estruturação do sistema público, integrando recebimento do benefício e procura de trabalho (e o horizonte imediato de vir a entregar iniciativas de formação profissional e registro no sistema), tem permitido melhorar a cobertura desse banco, o que é particularmente notável nos últimos anos e em algumas partes do território – em especial naquelas onde um mercado de serviço de intermediação de empregos se estabeleceu, e, novamente, São Paulo é um exemplo para nos fazer pensar.²⁴

Mas, vista a riqueza das evidências apresentadas neste texto, urge iniciativas que suplementem, avançando, o sistema de informações amostrais de tipo domiciliar, disponível com especial riqueza para as maiores regiões metropolitanas, e muito relevante não somente pelo peso da população nelas residente, mas, especialmente, pela magnitude e urgência dos problemas de emprego e ajuste no mercado de trabalho que nelas se exprimem. A experiência do Módulo Suplementar à PED-Mobilidade Ocupacional pode ser uma via de experimentação para estudos comparativos intermetropolitanos.

As PEDs existem em várias metrópoles onde a estruturação do mercado de trabalho, sendo fortemente variável, permite análises singulares e políticas focalizadas para subespaços regionais. Seria de todo oportuno, por exemplo, a replicação da experiência anterior, com os aperfeiçoamentos cabíveis, em outras metrópoles onde existe implantado o sistema PED. Esforços no sentido de articular suplementos longitudinais à PNAD poderiam ser igualmente interessantes. Além disso, estudos comparativos são urgentes nesse campo.

Apesar de não termos podido nos alongar nesse tema, dados os alvos do presente texto, a experiência do Módulo Suplementar à PED e da parceria Fundação Seade/CEM/USP também é ilustrativa de como podem ser ricas as combinações entre inqué-

ritos estatísticos regulares, por um lado, e inquéritos especiais de tipo qualitativo e em profundidade, por outro. Para São Paulo, explorando o tema das trajetórias e formas do desemprego, associamos à via do questionário suplementar o estudo qualitativo por meio de entrevistas biográficas sobre experiência subjetiva do desemprego com grupos-alvo selecionados por seu alto risco de desemprego.²⁵ Não apenas o desemprego, como foi o caso dessa experiência bem-sucedida, mas outros temas igualmente relevantes, como a procura de trabalho, o funcionamento do sistema público e a organização do mercado de intermediação, são exemplos de aspectos importantes em que muito teríamos a avançar, se desvendados por meio da combinação entre levantamentos por questionário e estudos qualitativos, biográficos ou etnográficos.

Finalmente, e no que concerne à PED, o estudo desenvolvido deixa lições interessantes, também no sentido do aprimoramento do seu questionário básico. Assim, por exemplo, a pesquisa suplementar evidenciou a importância que assumem as instituições de intermediação – públicas, mas especialmente privadas – no mercado de trabalho de São Paulo. A constituição de um mercado capitalista de intermediação de oportunidades ocupacionais parece ser outro traço que se consolida entre nós, no momento em que a reestruturação das firmas e a flexibilização dos contratos convivem com a ampliação do desemprego e a recorrência do seu risco. Ora, nessas condições, a opacidade da operação ordinária do mercado, associada ao enorme fluxo de demandantes e à sua elevada concentração em grandes metrópoles tornam-se fatores decisivos na constituição de um circuito empresarial voltado ao negócio da intermediação de empregos.²⁶

A PED, por haver se preocupado inicialmente em perscrutar de modo rigoroso a procura de trabalho, já incluía, em seu módulo básico, questões referentes aos mecanismos acionados pelos indivíduos em sua busca por ocupação. No esforço por melhor entender as práticas dos desempregados, o experimento que conduzimos pelo Módulo Suplementar de 2001 alterou a maneira de categorizar os mecanismos de procura, não apenas detalhando-os, mas categorizan-

do-os para fazer com que a informação produzida pudesse dialogar melhor com a literatura internacional no campo dos estudos sobre redes e instituições no mercado de intermediação de oportunidades de trabalho. Nossas análises iniciais, feitas com base nessa recategorização das formas de procura, evidenciaram que, no caso de São Paulo, os indivíduos combinavam a procura via redes pessoais (mecanismo reconhecido pelos respondentes como o dominante e o mais eficaz) com aquela que se fazia por meio das instituições, sobretudo privadas, do mercado de intermediação (GUIMARÃES et al., 2004). Todavia, tais ajustes experimentais não foram incorporados duradouramente ao questionário básico da PED; este é outro desafio ainda por enfrentar.

Concluindo: todas essas iniciativas, sejam elas de ajuste no modo de coleta, sejam de inclusão de temas

na agenda e ou de novas formas de recolher e analisar dados, devem ter sempre em mente a enorme capacidade institucional já consolidada no Brasil, no que concerne à produção e análise de informações sociodemográficas. Tal capacidade institucional está, hoje, nas fundações estaduais dedicadas à produção e análise de dados, em órgãos específicos no sistema de planejamento e avaliação de políticas, ou nas universidades. Por isso mesmo, iniciativas interinstitucionais (como a relatada neste artigo) envolvendo diferentes atores em programas de estudos com metas claras e de articulação duradoura são capazes de produzir a necessária sinergia entre instituições já operantes, caracterizadas por sua qualidade e que, por isso mesmo, têm muito a ganhar se estimuladas a agir de maneira consorciada. Esta foi a grande lição do experimento conduzido com a PED.

Notas

1. Ao contrário, a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, já em 1965, fora uma das primeiras iniciativas, no alvorecer do regime militar, no sentido de reverter o instituto da estabilidade, mesmo para aquele segmento minoritário da população ativa que reunia condições de elegibilidade para desfrutá-lo. São abundantes as evidências sobre o aumento da rotatividade do trabalho que disso decorre.
2. O instituto do “seguro-desemprego” foi introduzido no Brasil com a Constituição de 1988. Carente de regulamentação da sua fonte financiadora, foi implementado somente no curso dos anos 1990, com a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. É certo que um “Sistema Nacional de Emprego” fora constituído ainda durante o regime militar; entretanto, o seu impacto sobre as oportunidades no mercado de trabalho era tão restrito quanto o escasso número de ocupações (de baixa qualidade) que intermediava; e mesmo as suas funções de produção de informações e de administração de programas de qualificação jamais chegaram a fazer jus ao que se reivindicava em seu nome: os atributos de serem parte de um “sistema” dotado de escopo “nacional”.
3. Esse programa de pesquisas, coordenado por nós, foi desenvolvido pela junção de dois projetos, intitulados “Novas formas do emprego e da mobilidade na metrópole paulista” e “Desemprego: abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão”. Eles receberam apoios da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (Projeto CEPID-CEM 1998/14342-9), da *William and Flora Hewlett Foundation*/Programa US-Latin America (Grant

n. 2000-5377) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Acordo CNPq/CNRS, Proc. 690030-01-0 e Auxílio Pesquisa 469792-00). A execução do levantamento amostral domiciliar na Região Metropolitana de São Paulo, que será descrito adiante, contou com a parceria institucional e a permanente colaboração técnica da Fundação Seade, do Governo do Estado de São Paulo, graças ao compromisso da sua Diretora Executiva, Felícia Reicher Madeira, levado a termo pela Gerência de Estudos e Projetos, dirigida à época por Paula Montagner. É sempre justo registrar o reconhecimento de ambas.

4. Todos os detalhes relativos ao desenho da pesquisa, definições operacionais e análise dos primeiros resultados podem ser encontrados no relatório especialmente preparado com respeito a esta fase da pesquisa e disponível em Guimarães (2003).
5. Ver especialmente Guimarães et al. (2003); Guimarães et al. (2004); Guimarães, Silva e Farbelow (2004); Guimarães e Georges (2005); Guimarães (2005a; 2005b; 2006c; 2006d); Demazière, Guimarães e Sugita (2006).
6. Ver, por exemplo, Castro, Cardoso e Caruso (1997); Guimarães (2004c) ou Cardoso, Comin e Guimarães (2006).
7. Essas condições produziram entre nós um fenômeno algo diferente do que fora observado, notadamente a partir dos anos 1980, nos países europeus economicamente mais avançados. Nestes, foi o aumento do desemprego de longa duração que constituiu o desafio tanto à interpretação dos cientistas sociais, quanto aos modelos de financiamento das políticas de proteção social, construídas ao longo de uma sólida experiência de regimes públicos de *welfare* (LEDRUT,

1966; MARUANI; REYNAULD, 1993; DEMAZIÈRE, 1995; FRIOT; ROSE, 1996; GALLIE; PAUGAM, 2000; MARUANI, 2002). Entre nós, na ausência de uma experiência histórica de proteção duradoura que fosse eficaz e socialmente inclusiva, a intensificação das transições no mercado de trabalho e, sobretudo, o fenômeno da recorrência do desemprego, tornaram-se desafios ao nosso entendimento e às políticas governamentais (DEDECCA, 1999; GUIMARÃES, 2002).

8. O risco da afirmação resulta da inexistência de informações comparáveis para os anos que se seguem à instituição do FGTS, ou seja, a partir de 1965 e até 1985 – data a partir da qual passa-se a dispor de microdados da RAIS.

9. Ver a respeito Cardoso (2000), Guimarães (2004b) e Cardoso, Comin e Guimarães (2006).

10. Para maiores detalhes sobre o questionário e sua formulação, ver “Anexo Metodológico” em Guimarães (2003). Cabe registrar que o desenho do mesmo inspirou-se no conjunto de questionários levados a campo durante a pesquisa “Trajectoires des demandeurs d’emploi et marché local de travail” (também conhecido como painel TDE-MLT), conduzido na França entre 1995 e 1998 pelo Ministère du Travail et de la Solidarité; tais questionários (e, posteriormente, o próprio banco de dados) nos foram gentilmente cedidos pela Diretoria de Estudos do Mercado de Trabalho, sob a direção de Maria Teresa Pignoni, no quadro de um projeto de cooperação científica que envolvia o Departamento de Pesquisas do Ministério do Trabalho francês, o Centro de Estudos da Metrópole – CEM e a Universidade de São Paulo – USP, com apoio do Acordo de Cooperação entre CNPq e Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS. Na adaptação dos questionários TDE com vistas à construção do questionário brasileiro, bem como no pré-teste deste, foi decisivo o envolvimento da equipe da Fundação Seade, que se mobilizou em discussões proveitosas travadas ao longo de alguns meses; nelas se envolveram Felícia Madeira, Paula Montagner, Sandra Brandão, Marise Hoffmann, Atsuko Haga, Maria Alice Bezerra Cutrim, Susana Pereira e Margareth Watanabe.

11. Habitualmente, levantamentos de tipo longitudinal retrospectivo, por estarem baseados na memória do respondente, são realizados a partir de questionários de um tipo especial, usualmente denominados “questionários-calendário”. Neles, algumas variáveis-chave para a organização da vida pessoal são reiteradamente coletadas como forma de controle da datação dos eventos ocupacionais (são os chamados *recalls*); assim, local de moradia, situação conjugal ou número de filhos são algumas das características sobre as quais costumamos indagar, de modo a orientar lembranças e ultrapassar lapsos de memória do respondente. Entretanto, sendo a PED um questionário transversal, era impossível ao módulo suplementar que a ela foi agregado ter a forma de um questionário-calendário; mesmo a sua extensão teve que ser cuidadosamente dosada para não extrapolar em muito o tempo médio de duração das entrevistas ordinárias. Por isso, ao perguntar sobre eventos que tiveram lugar entre o Plano Real e o momento da pesquisa, introduzia-se um fato externo ao percurso no mercado de trabalho, como um demarcador da memória.

12. O desenho da amostra também contou com o suporte técnico da Fundação Seade por meio das estatísticas Nadia Dini e Maria Paula Ferreira.

13. Pré-testamos o questionário tentando inicialmente definir o terceiro evento como aquele que seria representado pelo vínculo da mais longa duração no período, no afã de bem recorrermos o percurso. Entretanto, lapsos de memória levavam sistematicamente os indivíduos a responderem em termos do evento que consideravam o mais importante; decidimos, na impossibilidade de introdução de outros *recalls*, rever a pergunta e indagar pelo vínculo tido como o mais importante.

14. Especialmente quando temos em mente, como dito acima, que, conforme a PED/RMSP, a cada 12 meses, nada menos que ¾ dos indivíduos economicamente ativos mudavam de situação no mercado paulistano de trabalho.

15. O que não é pouco, dado não se utilizar um verdadeiro e rigoroso painel longitudinal retrospectivo, o que seria idealmente equacionado, como visto, por meio de um questionário-calendário.

16. Para uma análise mais detalhada desses achados, inclusive numa perspectiva comparativa com outras metrópoles mundiais, ver Guimarães (2005a, 2006c).

17. O primeiro grupo, sujeito a intensas transições, é ligeiramente mais masculino, mas equilibrado no que concerne à participação por gênero e cor; no que respeita à idade, tem um formato bimodal: um subgrupo mais jovem (30% dos casos entre 18 e 24) e outro mais idoso (49% deles entre 30 e 49); por isso mesmo, chefes e filhos predominam. A escolaridade é baixa e o desemprego aberto é aquele que assume a forma mais importante no momento da entrevista (63%). Já o segundo grupo, cujo percurso anterior estava marcado pela ausência recorrente de ocupação e pelo trânsito entre desemprego e inatividade era caracteristicamente feminino (73% dos casos), constituído, em sua maioria, por cônjuges (52%) e predominavam as mulheres brancas. Sua escolaridade era ainda mais baixa que a do grupo anterior e tem no “desemprego oculto pelo desalento” a forma de desocupação mais importante; não sem razão a fronteira de entrada e saída do mercado de trabalho era tão recorrentemente cruzada.

18. A riqueza desse tipo de análise longitudinal pode certamente render frutos de muito interesse quando se associam os padrões de percurso aos perfis dos indivíduos. Assim fazendo, podem-se avançar conclusões importantes sobre a distribuição desigual dos riscos, com indicações relevantes para políticas públicas ligadas ao mercado de trabalho. Não é aqui o espaço para seguir adiante apresentando resultados, mas indicaria avanços já efetuados, por exemplo, com respeito a possíveis padrões que diferenciam grupos de gênero e cor em suas trajetórias no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo. Mais além do diagnóstico de formas de segregação ocupacional, temática fartamente explorada pelos sociólogos e economistas do trabalho, essas informações já nos permitiram, por exemplo, lançar hipóteses desafiadoras também sobre formas de segregação nos percursos ocupacionais; ver, a propósito, primeiras explorações em Guimarães, Silva e Farbelow (2004).

19. Ver, por exemplo, os clássicos estudos feitos nos anos 1960 e seminais para a reflexão sobre trabalho e sociedade que se fez até a primeira metade dos 1970, de autoria de Juares Brandão Lopes (1964 e 1967) ou mesmo a reflexão sobre marginalidade e exclusão veiculadas a partir de meados dos anos 1970 por Lucio Kowarick (1975) ou Vilmar Faria (1976), que marcariam a cena intelectual da sociologia do trabalho urbano no Brasil entre os fins dos anos 1970 e início dos anos 1980.

20. Magistralmente descrito por Humphrey (1982), por exemplo, para a automobilística paulista nos anos 1970.

21. Pois, nesses casos, a perda do emprego não era mais que uma forma travestida da repressão.

22. É certo que o Brasil possui um amplo acervo de informações já disponíveis e um igualmente amplo leque de instituições produtoras de dados e de análises, dentro e fora do sistema acadêmico. Nesse sentido, iniciativas metodologicamente inovadoras na produção de informação devem ter como suporte a sólida e rica estrutura – de dados e de instituições – já

constituída entre nós. Essa é uma especificidade das estatísticas brasileiras *vis-à-vis* a muitos países latino-americanos, tanto no que respeita a dados ocupacionais oriundos de inquéritos sociodemográficos, como no que concerne aos registros administrativos sobre emprego.

23. Nesse sentido, torna-se importante melhorar a qualidade das informações coletadas nesse sistema, notadamente aquelas referentes aos quesitos escolaridade e cor, variáveis-chave para diagnóstico e políticas de intervenção sobre as desigualdades no mercado brasileiro de trabalho. As análises longitudinais já empreendidas a partir desses bancos mostram como a qualidade da coleta de tais quesitos ainda deixa a desejar.

24. Ver a propósito Guimarães (2004a).

25. Para maiores detalhes, ver Demazière, Guimarães e Sugita (2006).

26. Em outras oportunidades, exploramos extensivamente esse tema com respeito a São Paulo; para maiores detalhes, ver Guimarães (2004a, 2006a e 2006b).

Referências Bibliográficas

AMADEO, E.; BARROS, R.P.; CAMARGO, J.M.; PERO, V.; URANI, A. *Human resources in the adjustment process*. Rio de Janeiro, Ipea, out. 1993. (Textos para discussão, n. 317).

AMADEO, E.; CAMARGO, J.M.; GONZAGA, C.; BARROS, R.P.; MENDONÇA, R. *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*. Rio de Janeiro, Ipea, out. 1994. (Textos para discussão, n. 353).

BECK, Ü. *The brave new world of work*. Cambridge: Polity, 2000.

BRANDÃO, S. *Medição do desemprego em mercado de trabalho heterogêneo: a experiência da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. Rio de Janeiro, Ipea, out. 1997. (Seminários, n. 15).

BRANDÃO, S.; WATANABE, M.; FERREIRA, S.; MONTAGNER, P. Mobilidade ocupacional: a experiência da Região Metropolitana da São Paulo. In: GUIMARÃES, N.A.; HIRATA, H. (Org.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Senac, 2006. cap. 2. p. 91-126. (Versão revista de parte do relatório final do projeto “Mobilidade ocupacional: interação entre experiência e escolaridade”, da Fundação Seade, jul. 1997).

CARDOSO, A.M. *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

CARDOSO, A.M.; COMIN, A.; GUIMARÃES, N.A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira.

In: GUIMARÃES, N.A.; HIRATA, H. (Org.). *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Senac, 2006. cap. 1. p. 45-90.

CARUSO, L.A.; PERO, V. *Trajетórias intersetoriais e reconversão profissional dos trabalhadores desligados da indústria*. Rio de Janeiro: Senai/DN-Ciet, 1996.

_____. *Trajетórias intersetoriais dos trabalhadores desligados da indústria*. Rio de Janeiro: Senai/DN-Ciet, 1995.

CARUSO, L.A.; PERO, V.; LIMA, M.I. *Desemprego industrial e trajetórias intersetoriais*. Rio de Janeiro: Senai/DN-Ciet, 1997.

CASTRO, N.; CARDOSO, A.M.; CARUSO, L. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? *Contemporaneidade e educação*, Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada, v. 2, n. 1, p.7-23, maio 1997.

DEDECCA, C. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Unicamp-IE, 1999. (Coleção Teses).

_____. Desemprego e regulação no Brasil hoje. *Cadernos do Cesis*, Campinas, Unicamp-IE-Cesis, n. 20, 1996.

DEDECCA, C.; BRANDÃO, S. Crise, transformações estruturais e mercado de trabalho. In: APPY, B. et al. *Crise brasileira: anos 1980 e governo Collor*. São Paulo: CGIL/CUT/DESEP, 1993. p. 307-350.

DEDECCA, C.; MONTAGNER, P. *Flexibilidade produtiva e das relações de trabalho: considerações sobre o caso brasileiro*.

- Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, out. 1993. (Textos para discussão, n. 29).
- DEDECCA, C.; MONTAGNER, P.; BRANDÃO, S. *Recessão e reestruturação econômica: as novas condições de funcionamento do mercado de trabalho na década de 90*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1993. 26 p.
- DEMAZIÈRE, D. Compter et contourner le chômage. In: _____. *La sociologie du chômage*. Paris: La Découverte. 1995.
- DEMAZIÈRE, D.; GUIMARÃES, N.A.; SUGITA, K. Unemployment as biographical experience. In: KASE, K.; SUGITA, K. (Ed.). *The unemployed and unemployment in an international perspective: comparative studies of Japan, France and Brazil*. Tokyo: University of Tokyo, Institute of Social Sciences Research (ISS Research Series), 2006. v. 19. cap. 4. p. 68-148.
- FARIA, V.E. *Occupational marginality, employment and poverty in urban Brazil*. Dissertation (PhD) – Harvard University, Cambridge, Massachusetts, 1976.
- FERRANTE, V.L.B. *FGTS: ideologia e repressão*. São Paulo: Ática, 1978.
- FRIOT, B.; ROSE, J. *La construction sociale de l'emploi en France: les années soixante à aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan/Forum, 1996.
- GALLIE, D.; PAUGAM, S. *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University, 2000.
- GAUTIÉ, J. Transitions et trajectoires sur le marché du travail. *Quatre-Pages*, Paris, Centre d'Études sur L'Emploi, n. 59, sept. 2003.
- GUIMARÃES, N.A. *Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos*. In: WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE: O MUNDO EMPRESARIAL E A QUESTÃO SOCIAL, 5., Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2 maio 2006a. 28 p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>.
- _____. *À procura de trabalho*. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 30., Caxambu, 25 out. 2006b. 32 p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>. (Comunicação apresentada ao GT26-Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea).
- _____. O trabalho em transição: uma comparação entre São Paulo, Paris e Tóquio. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 76, p.159-177, nov. 2006c.
- _____. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A.A. (Org.). *Transições para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006d. cap. 6. p. 171-197.
- _____. Desemprego: experiências e representações. Reflexões a partir do caso de São Paulo. In: CHÔMAGE ET MOBILITÉ PROFESSIONNELLE: CHANGEMENTS INSTITUTIONNELS ET TRAJECTOIRES BIOGRAPHIQUES. COMPARAISON INTERNATIONALE BRÉSIL, FRANCE, JAPON. Paris, fev. 2005a. (Comunicação em Colóquio Internacional).
- _____. Brasilianizando o Ocidente? *Inteligência*, Rio de Janeiro, v. VII, n. 28, p. 92-110, 2005b.
- _____. *O sistema de intermediação de empregos: um outro olhar sobre o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Cebrap, dez. 2004a. 70 p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>. (Relatório ao Ministério do Trabalho e Emprego/Organização Internacional do Trabalho e Prefeitura Municipal de São Paulo).
- _____. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2004b. 405 p.
- _____. (Coord.). *Desemprego: abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>. (Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00).
- _____. Por uma Sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, n. 50, out. 2002.
- GUIMARÃES, N.A.; GEORGES, I. *Entradas e saídas: diversidades de gênero na experiência do trabalho e do desemprego entre chefias nos serviços*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 29., Caxambu, out. 2005. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>.
- GUIMARÃES, N.; HIRATA, H.; MONTAGNER, P.; SUGITA, K. Desemprego: mercados, instituições e percepções. Brasil e Japão numa perspectiva comparada. *Tempo Social*, São Paulo, USP, v. 16, n. 2, jul.-dez., 2004.
- GUIMARÃES, N.; HIRATA, H.; MONTAGNER, P.; WATANABE, M. Vivendo a recorrência do desemprego. In: GUIMARÃES, N.A. (Coord.). *Desemprego: abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo, fev. 2003. cap. 4. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>. (Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00).
- GUIMARÃES, N.A.; SILVA, P.H.; FARBELOW, M.V. *Transições ocupacionais, recorrência do desemprego e desigualdades de gênero e cor*. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., PAINEL 50, Coimbra, 15-18 set. 2004. 28 p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>.
- HOFFMANN, H. *Desemprego e subemprego no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1980.

- HOFFMANN, M.; BRANDÃO, S. Medição do emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais. *Cadernos do Cesit*, Campinas, Unicamp-IE-Cesit, n. 22, 1996.
- HOFFMANN, M.; CUTRIM, M.A. *Unemployment in Brazil: how can it be measured?* São Paulo, Cebrap, out. 2000.
- HUMPHREY, J. *Fazendo o "milagre"*. São Paulo: Vozes/Cebrap, 1982.
- KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LEDRUT, R. *Sociologie du chômage*. Paris: PUF, 1966.
- LIMA, I. Mobilidade ocupacional. In: PROJETO FINEP/CIET. *Trajetórias intersetoriais e ocupacionais dos trabalhadores desligados da indústria*. Rio de Janeiro: Ciet, 1997. (Segundo Relatório de Pesquisa).
- LOPES, J.R.B. *A crise do Brasil arcaico*. São Paulo: Difel, 1967.
- _____. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- MARUANI, M. *Les mécomptes du chômage*. Paris: Bayard, 2002.
- MARUANI, M.; REYNAUD, E. *Sociologie de l'emploi*. Paris: Éditions La Découverte, 1993.
- MONTAGNER, P. A medida do emprego e do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. In: GUIMARÃES, N.A. et al. *Desemprego: abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão*. São Paulo, fev. 2003. cap. 3. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>. (Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00).
- PERO, V. Migração para fora do mercado formal de trabalho. In: PROJETO FINEP/CIET. *Trajetórias intersetoriais e ocupacionais dos trabalhadores desligados da indústria*. Rio de Janeiro: Ciet, 1997. (Segundo Relatório de Pesquisa).
- ROSENDO, R. *Mercado de trabalho e transições ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo*. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- TROYANO, A.A. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 4, n. 3/4, p. 69-74, jul./dez. 1990.

NADYA ARAUJO GUIMARÃES

*Professora Livre-Docente do Departamento de Sociologia da USP.
Pesquisadora Associada ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap).
(nadya@uol.com.br ou <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>>)*

Artigo recebido em 17 de agosto de 2006.

Aprovado em 14 de novembro de 2006.

Como citar o artigo:

GUIMARÃES, N.A. Novas formas, novas medidas?: desemprego, trajetórias ocupacionais e experiências na produção de informações. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 4, p. 103-126, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.